

A MOBILIDADE DO TRABALHO. BRASIL E JAPÃO¹

Lirian MELCHIOR*
Alice Yatiyo ASARI**

Resumo: com este artigo procuramos analisar as migrações internacionais a partir da concepção da mobilidade do trabalho, ou seja, acreditamos que estas ocorrem, somente, impulsionadas pelo mercado e que estão inseridas dentro de um contexto político, econômico e social que propicia a mobilidade espacial de trabalhadores. Visamos assim, evidenciar quais foram as causas e os fatores que acabaram por impulsionar o movimento imigração e de emigração dos japoneses e seus descendentes. Buscamos as condições econômicas e os contextos históricos em que estavam inseridos o Brasil e o Japão no início do século XX, quando houve a imigração de japoneses para o Brasil e no final do século XX, quando começa a ocorrer o fluxo inverso da migração, ou seja, os brasileiros se deslocam para o Japão.

Palavras-chave: Mobilidade do trabalho; migrações; condicionantes econômicos.

Resumen: en este artículo buscamos analizar las migraciones internacionales a partir de la concepción de la movilidad del trabajo, es decir, creemos que estas ocurren, solamente, impulsadas por el mercado y que hacen parte del contexto político, económico y social que propicia la movilidad espacial de los trabajadores. Objetivamos de este modo, evidenciar cuales fueron las causas y los factores que acabaron por impulsar el movimiento inmigratorio y emigratorio de los japoneses y sus descendientes. Analizamos las condiciones económicas y los contextos históricos propios de Brasil y Japón a comienzos del siglo XX, momento en el que tuvo lugar la inmigración de japoneses para Brasil y a finales

* Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: lirianmelchior@hotmail.com

** Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: yasari@ldapalm.com.br

del siglo XX, cuando se inicia el flujo inverso de migración, es decir, los brasileños se desplazan para Japón.

Palabras-clave: Movilidad del trabajo; migración; condicionates económicos.

1. INTRODUÇÃO

Abordaremos a questão dos deslocamentos populacionais no contexto do trabalho, ou seja, procuraremos entender a mobilidade populacional impulsionada pela busca de melhores condições de vida ou pela perspectiva de maiores rendimentos. Neste sentido, analisaremos as migrações internacionais entre Brasil e Japão em dois momentos diferentes - no início do século XX e no período entre o final dos anos de 1980 aos dias atuais - período em que se registra uma forte inversão no sentido do fluxo migratório, pois, o Brasil que, no início do século, recebia um grande contingente de imigrantes (japoneses) por ser considerado um país promissor, torna-se, no momento posterior, um exportador de mão-de-obra para outros países, a partir da intensificação das crises política e econômica.

Assim, entendemos que a migração está vinculada à mobilidade do trabalho, ou seja, a propriedade que todo homem possui enquanto trabalhador (ou mercadoria) de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital. Sobre isto Gaudemar afirma que:

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser "sensível" a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

O autor afirma, ainda, que a mercadoria proveniente do trabalhador (a força de trabalho), deve ser livre sob dois pontos de vista:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela

dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Portanto, ao trabalhador não sobram muitas alternativas a não ser se sujeitar às regras ditadas pelo capital, e se mobilizar em busca de melhores oportunidades, não importando muito o emprego, mas sim, os ganhos que podem ser obtidos com ele.

Como esta "liberdade" do trabalhador não existiria sem a mobilidade do trabalho, somos então levados a concluir que o conceito de mobilidade do trabalho participa na determinação específica da economia capitalista no seio das determinações gerais de toda economia mercantil. (GAUDEMAR, 1977, p. 195).

Sayad (2000), afirma ainda que:

[...] a busca do trabalho - no sentido conhecido em nossa economia, no sentido entendido pela teoria econômica, que é a teoria moderna (isto é, busca, grosso modo, do trabalho assalariado, já que a população concorrente, população de proletários, no sentido primeiro do termo, ele é o único meio do qual ela dispõe para se suprir de dinheiro) - tem se ampliado na medida mesma da expansão da economia da qual ela é o vetor da economia capitalista, a única aliás existente, de vocação mundial, impondo-se em todos os lugares por si mesma, e pelo simples fato de se propor (SAYAD, 2000, p. 8).

Assim, acreditamos que a busca por melhores empregos, e por melhores oportunidades em se conseguir maiores rendimentos, foi o que impulsionou a imigração dos japoneses para o Brasil no início do século, bem como a emigração de seus descendentes em direção ao Japão no final do século XX.

No período entre a primeira migração até meados dos anos de 1980, mais de 255 mil japoneses chegaram no Brasil e, hoje, calcula-se que 1% da

população brasileira seja de origem nipônica, ocupando todos os ramos de atividades do país, ressaltando, desta forma, a importância desta comunidade na vida política, econômica e social do Brasil. Porém, com as transformações econômicas brasileiras e japonesas, o fluxo se inverte, sendo que entre as décadas de 80 e 90 mais de 200 mil brasileiros deixaram o Brasil em direção ao Japão, décadas estas, marcadas pela intensificação das crises política e econômica do país (como o aumento da inflação e do desemprego), o que favoreceu a emigração dos *dekasseguis*.

A dificuldade em se arrumar empregos estáveis com bons salários, leva cada vez mais pessoas a deixarem seus países e se sujeitarem a qualquer tipo de trabalho em outros, pela garantia de um salário melhor e de uma possibilidade de retorno com condições de vida mais digna.

O mundo globalizado facilitou bastante a entrada dos *nikkeis*² no Japão, pois:

O mundo está sendo progressivamente integrado e homogeneizado pelas comunicações, pela tecnologia, pelo fluxo aceleradíssimo de capitais, pelos padrões culturais e comportamentais. Mas, sobretudo, está sendo padronizado pela adoção universal da economia de mercado (MARTINE, 1994, p. 55).

Sendo assim, com a internacionalização do mercado de trabalho, as relações internacionais acontecem de forma mais rápida e simples, facilitando as comunicações e conseqüentemente as migrações internacionais, porém, estas possuirão sempre um caráter temporário e os migrantes serão apenas trabalhadores para atender a demanda dos países desenvolvidos, o que acaba por gerar uma certa discriminação por parte dos naturais dos países, uma vez que estes migrantes se dirigem para realizar trabalhos que são desprezados pelos primeiros. Bógus, comenta que:

Do ponto de vista da chamada "globalização", pode-se afirmar que a internacionalização da economia e o conseqüente enfraquecimento das fronteiras nacionais agiram como um estímulo às correntes migratórias, acarretando, em contrapartida, nos países de destino, comportamentos restritivos à presença dos migrantes, seja por meio de manifestações de racismo e xenofobia, seja pela adoção de legislação restritiva à presença de estrangeiros (BÓGUS, 1996, p. 111).

Esta realidade permeia todas as migrações internacionais, pois conforme estudos realizados por Margolis (1995) e por Sales (1999), sobre a migração de brasileiros para os EUA, por Sayad (2000) sobre a migração de argelinos para a França, e outros estudos referentes à migração de brasileiros para o Japão: Asari (1992), Yoshioka (1995), Rossini (1996), Sasaki (1998), Oliveira (1999), Kawamura (1999), Toma (2000), Catanio (2000), o sentimento quanto ao preconceito dos imigrantes é muito evidente.

Assim, entendemos que as migrações não ocorrem sem deixar marcas, tanto nos países de atração como nos de expulsão destes migrantes e que a análise destes fluxos podem diagnosticar a situação política, econômica e social dos países em determinados períodos históricos. Desta forma, estaremos analisando no próximo item, a situação que se encontrava o Brasil e o Japão, no início do século XX, na época da entrada dos imigrantes japoneses e, atualmente, quando ocorre o movimento inverso dos seus descendentes.

2. AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS NO SÉCULO XX E SUAS IMPLICAÇÕES NA INVERSÃO DO SENTIDO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ENTRE BRASIL E JAPÃO

Neste item iremos abordar os diferentes momentos do processo migratório Japão-Brasil-Japão, onde enfocaremos as transformações políticas e econômicas com variações espaciais e temporais. Para tanto, trataremos da situação japonesa e brasileira em dois momentos: - final do século XIX e início do século XX; - final do século XX e início do século XXI. Levaremos, também, em consideração as modificações na cadeia produtiva em escala internacional que se refletem em ambos países analisados.

2.1. Situação japonesa que propiciou a saída de trabalhadores no final do século XIX e início do século XX

Durante o período Meiji (1867 – 1912), houve o estabelecimento de uma nova forma de governo centralizada no imperador e o Japão tornou-se um verdadeiro Estado unificado. Passou a seguir a meta de conquistar a prosperidade

nacional e o poder militar, para tanto, iniciou um alinhamento junto às nações desenvolvidas do ocidente. As instituições e a tecnologia ocidental passaram a servir de modelo ao desenvolvimento japonês, que alcança um rápido progresso para se tornar uma nação industrial moderna, sendo que o progresso interno e o sucesso no exterior, possibilitaram ao Japão um desenvolvimento da sua infra-estrutura nos transportes e comunicação, como: trens a vapor, navios e bondes elétricos, luz elétrica e telefone. (Bath, 1993)

Porém, este desenvolvimento rápido não era capaz de absorver toda a população japonesa, o que levou o governo japonês a incentivar a saída de parte da população para outras partes do mundo, a exemplo de regiões de influência japonesa na Ásia, como a Coreia e, ainda, o Brasil, que estava num momento bastante particular de sua história, que necessitava da entrada de mão-de-obra, para o trabalho nas lavouras de café, o qual, detalharemos em momento posterior. (Bath, 1993)

Como o Japão inicia uma política de rápido desenvolvimento industrial, que foi baseada na organização dos *Zaibatsu*, que eram enormes monopólios empresariais, controlados por influentes famílias japonesas, que concentravam praticamente todas as indústrias, este país, conquistou um significativo avanço imperialista, tendo um interesse especial nos países do leste asiático, por tal motivo, participou de disputas por território com a Coreia, com a Rússia, com a China e outros.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão lutou contra a Alemanha, ao lado de Inglaterra e França e, por isso, muitos mercados na Ásia foram rapidamente absorvidos pelo Japão, tais como as áreas que eram dominadas pela Alemanha, o que aumentou muito o poder econômico e incentivou o crescimento de seu poderio militar. Este fato coloca o Japão envolvido com a Segunda Guerra Mundial, na qual apoiou a Alemanha e foi derrotado, sendo atingido por duas bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial deixou arrasada a economia japonesa: a produção industrial caiu para um sétimo do que fora em 1941.

Por tal motivo, inicia-se, novamente, um processo de saída de trabalhadores para o Brasil, principalmente, após os anos de 1950, pois nos anos que perduraram a Segunda Guerra Mundial não era permitida a entrada de japoneses no Brasil, pois estavam em lados opostos na guerra.

2.2. Situação brasileira que propiciou entrada de trabalhadores no final do século XIX e início do século XX

Mesmo com a emancipação política de 1822, as características da economia brasileira não mudaram no decorrer do Primeiro Reinado e durante o período regencial; a inexistência de um produto de grande expressão comercial dificultava a manutenção da economia agrária, exportadora e escravista. Entretanto, a partir de 1840, a economia cafeeira emerge com vigor, facilitando a consolidação do Estado monárquico, controlado pela aristocracia rural e escravista, estabelecendo bases para o Segundo Reinado. (Costa, 1977)

A procura pelo café era intensa na Europa, por isso, tornou-se bastante rentável sua produção, que em curto período se tornou a principal cultura a ser produzida no Brasil. Esta cultura foi introduzida no Brasil a partir de 1808, com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, tendo se expandido para Angra dos Reis e Mangaratiba, em 1830, para o Vale do Paraíba, quando assumiu o caráter de grande lavoura para exportação e após 1850, para o Oeste do Estado de São Paulo e, posteriormente, para o Norte do Paraná, onde houve uma rápida adaptação da cultura devido a presença do tipo de solo Latossolo estruturado – chamado de Terra Roxa. (Costa, 1977)

A partir de 1850, intensificam-se as pressões inglesas para que o Brasil acabasse com o regime da escravidão, pois a Inglaterra tinha como meta o extermínio de tal prática para a definitiva integração ao capitalismo que estava se desenvolvendo em ritmo acelerado. Neste ano, o governo brasileiro cede às pressões inglesas, país de quem dependia economicamente, e promulga a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil. Porém, pelo fato de que no Brasil não havia mercado de trabalho livre que pudesse substituir o trabalho escravo, muitos fazendeiros, passaram a buscar alternativas para a definitiva abolição da escravatura, que aconteceria, de vez, em 1888, mas que em 1850, já se sabia que tal episódio seria deflagrado, pois não seria mais permitida a entrada de escravos negros no país. (Costa, 1977, Stolcke, 1986)

Esta situação é relatada por Stolcke:

País de terras abundantes e uma população relativamente escassa, o Brasil se defrontou com problemas específicos na criação de uma força de trabalho. Até os anos de 1850, os

escravos compunham a grande maioria da força de trabalho necessária a uma agricultura de exportação em grande escala. Em meados do século XIX, à medida que a escravidão vinha sendo cada vez mais atacada, alguns cafeicultores de São Paulo começaram a fazer experiências com o trabalho livre (STOLCKE, 1986, p. 17).

Na ausência de uma reserva de mão-de-obra local prontamente disponível, os fazendeiros paulistas recorreram aos trabalhadores imigrantes.

Porém, como os fazendeiros estavam acostumados ao trato dos escravos, procuravam formas de melhor controlar os trabalhadores imigrantes, buscando alternativas para o tipo de relação de trabalho que seria estabelecida. No primeiro momento, pensou-se na mão-de-obra assalariada, mas logo foi descartada, pois necessitaria de um investimento muito alto em curto prazo e com elevado nível de risco, pois não se sabia como seriam os novos trabalhadores. Pensou-se, então, no sistema de parceria, no qual, de acordo com o contrato, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos, adiantava o custo do transporte de Santos até a fazenda, e os gêneros e instrumentos necessários aos imigrantes, até que pudessem pagar com os produtos das primeiras colheitas³.

Segundo Stolcke, alguns outros acontecimentos levaram a uma crise na utilização da parceria, conforme se segue:

Reduzindo custos da mão-de-obra por unidade, em comparação com o trabalho assalariado, a parceria deve inicialmente ter-se apresentado aos fazendeiros como o substituto mais adequado para o trabalho escravo. O elemento de incentivo deve ter parecido uma alternativa satisfatória à coerção que obrigava os escravos ao trabalho. A questão não era simplesmente a de resolver problemas potenciais na oferta de mão-de-obra, mas de fazê-lo de forma lucrativa. Contudo, os imigrantes eram trabalhadores livres. Como parceiros, em princípio, eram livres para decidir sobre a alocação e a intensidade do trabalho. Logo, sua dedicação e sua produtividade no café dependiam de sua própria avaliação dos ganhos. Os fazendeiros e os agentes de imigração tentaram criar a ilusão de que os imigrantes poderiam rapidamente quitar suas dívidas e adquirir terra própria. Na prática, porém, os imigrantes geralmente tinham

de esperar pelo menos dois anos, antes de receberem retornos significativos por seus esforços. A parcela que lhes cabia da primeira colheita levava quase um ano para lhes ser paga, devido aos atrasos na comercialização do café; mas visto que os contratos estipulavam que metade dos ganhos anuais dos trabalhadores, derivados do café, seria retida para cobrir suas dívidas, e como nesse ínterim eles haviam acumulado novas dívidas por outros adiantamentos, somente no terceiro ano é que poderiam esperar receber algum dinheiro (STOLCKE, 1986, p. 27).

Com isso, não tardou a ocorrência de revoltas dos imigrantes, como as de 1856 e 1860. Outro fator que serviu de complicador, foi o fato de que por se tratar de trabalho livre, os imigrantes decidiam a intensidade de seu trabalho, e pela dificuldade em receber os rendimentos, não se sentiam motivados para o trabalho, o que diminuiu a produtividade das lavouras. Portanto, os fazendeiros passaram a ter um limitado poder de controle sobre os imigrantes, pois não poderiam utilizar o mecanismo da pressão através da demissão, pois, correriam riscos de perderem seus investimentos iniciais (em passagens) e, tampouco, poderiam obrigar os imigrantes a trabalharem mais.

Após algumas tentativas de forçar os imigrantes a trabalharem e de conterem suas revoltas, com a ameaça de prisões, os fazendeiros, nos anos de 1880, chegaram a conclusão de que não poderia existir mão-de-obra barata sem violência, sendo que haviam muitos braços e muitos com interesse em contratá-los.

A afirmação de Stolcke, traz elementos que auxiliam nosso raciocínio, de modo que:

Após 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes, e o resultado foi praticamente imediato. Em maio de 1887, entre 60000 e 70000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo. Essa cifra excede a estimativa de 50000 escravos que estavam empregados nas fazendas cafeeiras paulistas em 1885. A política de imigração

se manteve basicamente inalterada até a Primeira Guerra Mundial. Entre 1884 e 1914, chegaram a São Paulo cerca de 900000 imigrantes, a maioria como mão-de-obra barata para as fazendas de café (STOLCKE, 1986, p. 47) (Grifos nossos).

Ou seja, os imigrantes vieram com outra relação de trabalho, mas logo se chegou ao sistema de colonato, com o qual se resolveriam os problemas, pois não só os fazendeiros não precisavam mais investir nos custos iniciais referentes à mão-de-obra, como não precisavam mais arcar com os custos de viagem, pois a imigração passou a ser subvencionada pelo Estado.

Foi nesse contexto que, no início do século XX, chegaram a São Paulo, os primeiros imigrantes japoneses, embarcados no navio a vapor *Kasato Maru*, que foram atraídos com promessas de que conseguiriam comprar terras com bastante facilidade, desde que trabalhassem muito. Esta tendência foi mantida até que fossem introduzidas quantidades de mão-de-obra suficientes para abastecer as lavouras de café, que começaram a entrar em declínio com a transição do Brasil de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial, no momento de ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, fato que desenvolveremos em momento posterior.

2.3. Momento de transição. a recuperação japonesa

Após o período de profunda crise que o Japão ingressa, com a derrota na Segunda Guerra Mundial, com as modificações na geopolítica mundial, com o advento da Guerra Fria, os Estados Unidos, então, “preocupados com os destinos da Ásia”, onde as relações de proximidade com a ex-União Soviética eram muito grandes, iniciou um projeto de cooperação econômica com o Japão para conquistar um aliado do capitalismo no continente asiático.

Com o auxílio econômico dos Estados Unidos (incluindo os gastos durante a ocupação militar, sob a direção do general MacArthur) e com o esforço dos próprios japoneses, o Japão inicia um processo de recuperação econômica.

Novas instalações industriais foram erigidas e as cidades devastadas, reconstruídas. Teve grande importância a atuação do americano W. Edwards Deming, um especialista em estatística e controle de qualidade que, a partir de 1949, treinou milhares de engenheiros japoneses, difundindo a noção de que só com padrões elevados a indústria japonesa poderia competir com os países ocidentais. (Bath, 1993)

Em menos de vinte anos, o Japão não só conseguiu alcançar o mesmo patamar dos mais adiantados países ocidentais, como chegou a ultrapassá-los. Na década de 1960, superou os suíços na produção de relógios e os alemães na produção de aparelhos fotográficos. Na década de 1980, deixou para trás os EUA na produção de aço, robôs e automóveis. Em 1997, seu PIB chegou a 4,2 trilhões de dólares, o dobro do PIB da Alemanha e sua renda per capita alcançou a marca de 38160 dólares, tendo sua economia superada somente pelos Estados Unidos. (Bath, 1993)

2.4. Da rigidez da filosofia do fordismo a flexibilidade do toyotismo

Para uma contextualização do processo de recuperação da economia do Japão consideramos necessário discutir a construção do sistema de acumulação flexível, chamado por alguns autores de toyotismo, que foi criado no Japão nos anos de 1970 e que foi uma das alternativas para o momento de crise internacional. Este sistema foi adotado/copiado por muitas empresas ocidentais que passaram a utilizar a flexibilidade e abandonaram a rigidez do fordismo.

O desenvolvimento do fordismo, nos Estados Unidos, no início do século XX, que se expandiu para várias partes do mundo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, significou uma grande modificação nas formas de produção, sendo que considerava explicitamente que a produção de massa constituía o consumo de massa, criando uma nova política de controle e gerência de trabalho. Houve a criação do dia de oito horas de trabalho, e a conseqüente liberação do trabalhador para ter oito horas de descanso e oito horas de lazer, o que significaria, tempo para o consumo.

A construção de carros, navios, a fabricação de equipamentos de transportes, aço, produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção civil se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial - Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rhur-Reno, Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha e as regiões de produção de Tóquio-Yokohama - coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque. (Harvey, 1996)

Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças e relações de poder.

Ressaltamos que a organização sindical teve um papel muito importante na garantia dos direitos trabalhistas, na reivindicação salarial e no estabelecimento das práticas do Estado do Bem Estar Social.

Porém, muitas pessoas passaram a se tornar excluídas desse sistema de produção, a exemplo das minorias étnicas dos países desenvolvidos, as mulheres e os habitantes dos países subdesenvolvidos, o que acabou por inflamar revoltas em várias partes do mundo, sobretudo nos anos de 1960.

Harvey, sintetiza bem o período de expansão do fordismo:

[...] a despeito de todos os descontentamentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra – que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os “benefícios” da produção e do consumo de massa de modo significativo – intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início (HARVEY, 1996, p. 134).

A partir dos anos de 1960 algumas modificações no panorama internacional começam a dar sinais de que haveria uma transformação substancial no sistema em vigência, desde o momento em que países da América Latina iniciam um processo de industrialização por substituição de importações, associadas ao primeiro grande volume de multinacionais que se deslocam para áreas subdesenvolvidas, sobretudo no Sudeste Asiático, onde o contrato social era fracamente respeitado, iniciando uma novidade no processo de produção industrial com características fordistas.

A afirmação de Harvey levanta novos pontos para a reflexão, de modo que,

[...] daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra (HARVEY, 1996, p. 135)

Desse modo, a economia internacional de 1965 até 1973 evidencia uma incapacidade do fordismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, pois sua rigidez não permitia que houvesse modificações nos investimentos, nos sistemas de produção, nas formas de planejamento, na relação com a classe trabalhadora (forte onda de greves de 1968 a 1972), nos compromissos do Estado (seguridade social, direitos de pensão etc), o que levou a uma forte onda inflacionária que veio a encerrar o período de ascensão capitalista do pós-guerra e iniciar um período de crise. Tudo isso acrescentado aos impactos da crise do petróleo que se estabeleceu após a decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. (Harvey, 1996; Benko, 1999)

Para Benko as novas formas de flexibilidade aparecem relacionadas às técnicas de produção flexíveis, às estruturas industriais flexíveis, à estrutura do capital, às práticas flexíveis na esfera do trabalho e do mercado de trabalho, aos modos de consumo e à intervenção mínima do Estado. Conforme podemos verificar,

Na esfera da produção e do trabalho, a utilização de novas tecnologias se materializa pelo desenvolvimento e difusão de máquinas e sistemas de equipamentos mais flexíveis. Com o desenvolvimento da eletrônica e das tecnologias da informação, as máquinas especializadas (assim como trabalhadores qualificados) podem ser substituídas por robôs capazes de efetuar um conjunto de operações diferentes, podendo passar rapidamente de uma operação para outra (BENKO, 1999, p. 116)

Para Harvey (1993),

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas ... (HARVEY, 1993, p. 140)

Pelo fato destas transformações terem sido operacionalizadas, em primeiro momento, nas empresas japonesas, passou a ser chamada no meio acadêmico de Toyotismo, como observamos em Castells:

Uma terceira evolução diz respeito a novos métodos de gerenciamento, a maior parte deles oriunda de empresas japonesas [...]

O enorme sucesso em produtividade e competitividade obtido pelas companhias automobilísticas japonesas foi, em grande medida, atribuído a essa revolução administrativa, de forma que na literatura empresarial 'toyotismo' opõe-se a 'fordismo', como a nova fórmula de sucesso, adaptada à economia global e ao sistema produtivo flexível. O modelo original japonês tem sido muito imitado por outras empresas, bem como transplantado pelas companhias japonesas para suas instalações do exterior, freqüentemente levando a enorme melhoria no desempenho dessas empresas em comparação ao sistema industrial tradicional (CASTELLS, 2000, p. 178).

Portanto, encontramos conjecturas que se alinham na determinação de uma nova filosofia no comando do processo de produção e comercialização, e as práticas que foram originadas nas fábricas japonesas no período de recuperação e reestruturação, atribuíram às empresas japonesas uma liderança em vários setores produtivos e lhes garantiu uma facilidade maior de ganhos e crescimento nos anos de 1980, que foram de intensa crise em vários países do mundo. Desta forma, o Japão inicia um processo de crescimento econômico

que, aliado a intensos investimentos no setor da educação, levaram o cidadão japonês a um elevado índice de especialização do trabalho, causando uma carência de mão-de-obra para trabalho braçal, ou seja, para o trabalho "desqualificado", que passou, a partir do final dos anos de 1980 até os dias atuais, a ter uma grande demanda desta *mercadoria*, pois era o reflexo das transformações em marcha. Com isso, havia necessidade de atrair mão-de-obra para o país. Para resolver este problema, optou-se pelo uso da mão-de-obra dos descendentes de japoneses de países que haviam sido destino da migração de japoneses em períodos anteriores, como o caso do Brasil, fato que iniciou o chamado fenômeno *dekassegui*, que estamos considerando como uma migração de retorno, que fecha o ciclo migratório – Japão, Brasil, Japão.

2.5. A crise que se instala no Brasil a partir dos anos de 1980

As transformações que ocorreram no plano internacional não excluíram o Brasil, que apresentou uma modificação bastante significativa a partir dos anos de 1960, sendo que o processo de internacionalização da economia iniciado no governo de Juscelino Kubitschek, representou um aumento significativo de indústrias no Brasil, sobretudo, de multinacionais, que entram no país exigindo a implantação de uma série de infra-estruturas de suporte para suas unidades de produção.

Segundo Oliveira,

Nesses negócios, boas perspectivas foram oferecidas e garantidas pelo Brasil. Entre elas estava, em primeiro lugar, a abundante disponibilidade de mão-de-obra barata de baixo custo e sem as impertinentes exigências ou a liberdade de exprimi-las, que tornaram tão incômodas e onerosas as relações de trabalho no mundo capitalista industrializado. Em segundo lugar estavam as aspirações de uma minoria de consumidores potenciais mais bem aquinhoados e aspirantes sedentos aos padrões da sociedade de consumo norte-americana e européia (OLIVEIRA, 1998, p. 293).

Portanto, temos um período de crescimento da produção no país e de um suposto "desenvolvimento" que chegou a ser chamado de milagre brasileiro, parafraseando o desenvolvimento japonês de pós-guerra, que ficou conhecido como "milagre japonês". Podemos, ainda, acrescentar que durante a ditadura

militar (1964 – 1984), muitos investimentos foram feitos através do uso de empréstimos feitos no exterior, na construção de várias obras faraônicas, que serviriam para melhorar a atuação das empresas que estavam se instalando e, também, como símbolos do suposto milagre.

Compartilhamos com Oliveira quando afirma o seguinte,

Estes são os fatores que impulsionaram o fluxo de capitais (a poupança externa, como dizem os economistas) e de tecnologia dos grandes centros por muitos países do chamado Terceiro Mundo, imprimindo-lhes o surto de crescimento industrial, do qual o Brasil é um exemplo. Esse surto promoveu o país, como dizem os tecnocratas, de “subdesenvolvido” a “país em desenvolvimento”. Foi a isso que se assistiu nas décadas de 60 e 70, quando surgiu no país uma “milagrosa” evolução econômica. Esse modelo consistiu, essencialmente, em preparar, facilitar, recepcionar, acomodar e favorecer mais e da melhor forma possível a entrada do capital internacional no Brasil (OLIVEIRA, 1998, p. 293).

Neste momento, final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, em que o governo brasileiro vendia a imagem de “economia milagrosa” o capitalismo internacional estava caminhando para uma severa crise, que seria deflagrada em 1973, conforme já discutimos em momento anterior. A esta crise internacional somaram-se os efeitos da alta demasiada dos preços do petróleo e uma dificuldade na obtenção desta fonte imprescindível das unidades de produção industrial. Uma das saídas para resolver o problema da crise estrutural do capitalismo, foi o resgate do montante de capital que havia sido emprestado, com a cobrança exorbitante de juros e multas.

Como o Brasil estava se industrializando de forma bastante acelerada, e necessitava do petróleo, já que sua produção não era suficiente para a demanda, teve que realizar novos empréstimos, para poder sustentar as unidades produtivas, o que terminou por se transformar numa gigantesca bola de neve que acabou por diluir a capacidade de investimento do país, conduziu a uma onda inflacionária sem precedentes e uma estagnação do crescimento. A partir de então, o Brasil teve suas receitas comprometidas com o pagamento dos juros da dívida externa, que chegou em alguns momentos a significar um terço de seu produto interno, conforme se depreende da afirmação de Oliveira,

O crescimento da remuneração do capital externo aplicado no Brasil é considerável. Para fazer face a ele, uma vez que o país não tem contado com recursos próprios, não houve outro meio senão o do comprometimento ainda maior através de novas e crescentes aplicações de capital estrangeiro. Por exemplo: em 1965 teve-se um total de 433 milhões de dólares entre investimentos e empréstimos estrangeiros no Brasil; em 1971 passou-se para 2.206 bilhões de dólares; em 1974 atingiram-se 7,8 bilhões de dólares; em 1980 chegou-se a 12,6 bilhões de dólares; em 1985 a 14,2 bilhões de dólares; e em 1990 a 15 bilhões de dólares (OLIVEIRA, 1998, p. 296).

Este comprometimento da economia brasileira teve sérias conseqüências sociais, pois causou retrações no consumo e na produção, produzindo uma onda de desemprego e uma redução de poder aquisitivo, que levou ao aparecimento de algumas facetas perversas da introdução do Brasil no capitalismo internacional.

Após os anos de 1990, o país ingressa na onda neoliberal e estes quadros sociais tendem a se agravar, pois as políticas recessivas que passaram a ser implementadas pelos governos seguintes diminuíram o poder aquisitivo da população, conseqüentemente, reduzindo o padrão de vida da maioria da população.

A abertura econômica e a introdução de políticas neoliberais foram iniciadas no governo de Fernando Collor, recebendo uma continuidade nos demais mandatos seguintes de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, de modo que há no país, atualmente, uma forte recessão econômica que impede o desenvolvimento e destrói o poder aquisitivo do brasileiro, isto aliado a um forte percentual de desemprego.

Oliveira comenta sobre a situação do país neste período:

Juntamente com a redemocratização do país, instala-se no Brasil um período de profundo rebaixamento social e econômico, principalmente nos setores médios da sociedade. Essa crise, que, sem dúvida, já se originara em períodos anteriores toma proporções insustentáveis nos governos Sarney e Collor. O descontrole da inflação chega a níveis insuportáveis em alguns períodos, fazendo com que a população perca gradativamente o seu padrão de vida (OLIVEIRA, 1998, p. 289).

Brito, referindo-se aos países "mais pobres" considera que estes foram penalizados pelas novas formas assumidas pelo capitalismo e afirma que:

Os países mais pobres, como o Brasil, tiveram a década de 80, marcada por tentativas, mal sucedidas, de ajuste econômico e financeiro, visando a nova realidade do capitalismo internacional e as necessidades de quitação dos compromissos de pagamento da dívida externa. O resultado foi uma década de crise econômica, de profunda dimensão social, onde as taxas de desemprego se aproximaram dos 15% e a miséria se generalizou para 20% da população (BRITO, 1996, p. 61).

Neste sentido, podemos compreender a intensa saída de trabalhadores brasileiros para outros países, na realização de trabalhos pouco qualificados. Assim, Sasaki, comenta que:

Tal massificação pode ser explicada por um conjunto de fatores entrelaçados entre si: a crise da 'década perdida' de 80, o desencanto e o descontentamento diante do andamento político-econômico do Brasil, bem como a desvalorização do dólar e a inflação distanciando o ganho salarial do Brasil com o de países desenvolvidos e aumentando a atratividade sobre os migrantes. Precisava-se de mão-de-obra no setor manufatureiro e em serviços subalternos nesses países desenvolvidos, e como os nativos se recusavam a fazê-los, tinham de ser preenchidos por mão-de-obra barata, estrangeira/migrante (SASAKI, 1998, p. 11)

Esta situação, se deve ao grande diferencial de salários que recebe a população emigrante em relação aos salários recebidos no Brasil, o que acaba por justificar a sujeição a trabalhos inferiores ao que realizavam em seu país.

Portanto, foram criadas condições que favorecem o descontentamento da população brasileira e permite colocar os trabalhadores brasileiros à disposição da demanda de mão-de-obra do capital internacional, desenvolvendo a possibilidade da mobilidade da força de trabalho. De acordo com a conjuntura econômica japonesa, havia uma necessidade de absorção de trabalhadores para fazer trabalhos de ordem braçal – não especializada – o que veio a estimular

a saída de trabalhadores descendentes de japoneses para o Japão, uma vez que a lei de Imigração Japonesa, só permitia que os *nikkeis* realizassem esta migração, acreditando que à estes seria mais fácil a adaptação ao sistema de trabalho japonês.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, entendemos as migrações temporárias, enquanto um produto do sistema capitalista que propicia e estimula este deslocamento de acordo com o interesse do mercado. Desta forma, analisamos que as migrações internacionais resultam de uma realidade econômica pela qual passam os países emigrantistas, que acabam por incentivar estes movimentos de pessoas que buscam melhores oportunidades em outros países.

Assim, analisamos as migrações internacionais e, em particular, o estudo do processo migratório dos japoneses e seus descendentes no município de Londrina-PR, possibilitando a compreensão da realidade de vida destes migrantes, a qual pode ser utilizada para compreender a mobilidade de trabalhadores temporários para países com carência de mão-de-obra desqualificada de uma forma geral.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASARI, Alice Yatiyo. E eu só queria voltar ao Japão (colonos japoneses em Assai). São Paulo. 1992. f. Tese (doutoramento em Geografia) Departamento de Geografia da FFLCH, USP, 1992
- BATH, Sérgio. Japão: ontem e hoje. São Paulo: Ática, 1993.
- BENKO, Geoges. Economia, Espaço e Globalização na aurora do Século XXI. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BÓGUS, Lucia Maria M. Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2ª ed. São Paulo. FNUAP, 1995.
- BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

CARVALHO, Darcy. Estratégias econômicas e condicionantes geopolíticas do desenvolvimento japonês. In: MYAZAKI, Nobue (Org.). *A cultura japonesa pré-industrial. Aspectos socioeconômicos*. São Paulo: Edusp, s/d.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Vol 1. 3ª. Ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATANIO, Percy Antonio Galimberti. Dekassegui no Yumê-ji. (o caminho que o dekassegui sonhou). *Cultura e subjetividade no movimento Dekassegui*. 2000. f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1960. In: SZMERECSÁNYI, Tomas, SUZIGAN, Wilson (Org.). *História econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

KAWAMURA, Lili Katsuco. *Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MARGOLIS, Maxine L. *A minoria invisível: imigrantes brasileiros em Nova York*. Tradução: Sidney da Silva. *Travessia*, jan./abril 1995.

OLIVEIRA, Adriana Capuano. Repensando a identidade dentro da emigração dekassegui. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Brasil na fase monopolista do Modo Capitalista de Produção. In: ROSS, Jurandir Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

PATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

ROSSINI, Rosa Ester. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o Eldorado japonês: o exemplo dos dekasseguis do Brasil em direção ao Japão. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Revista Travessia – edição especial / jan-2000*.

SASAKI, Elisa Massae. Movimento “dekassegui”. A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Battmann e João Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOMA, Cristiane Yuri. *A experiência feminina dekassegui. Um olhar sobre a subjetividade no processo migratório*. Londrina: Editora da UEL, 2000.

YOSHIOKA, Reimei. *Por que migramos do e para o Japão*. São Paulo, Massao Ohno Editor, 1995.

Notas:

¹ Artigo produzido a partir das discussões apresentadas no capítulo 2 da dissertação de Mestrado intitulada “Migrantes japoneses: um ciclo migratório. O caso de Londrina-PR”, apresentada junto a Universidade Estadual Paulista, no ano de 2003.

² Palavra japonesa utilizada para designar todos os descendentes de japoneses.

³ O primeiro fazendeiro a utilizar a prática da parceria foi o Senador Vergueiro, no ano de 1845, que era proprietário de uma grande fazenda próxima à cidade de Limeira, na província de São Paulo, que recebeu um grupo de imigrantes alemães (Stolcke, 1986).

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.